

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS – COMPAGAS

E

EDGE COMERCIALIZAÇÃO S.A.

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO	10
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA	11
CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA	11
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS	11
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA	12
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA	13
CLÁUSULA OITAVA – NOMINAÇÃO E PROGRAMAÇÃO	14
CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	15
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO	15
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS	16
CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS	16
CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO	17
CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	22
CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	25
CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	28
CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	28
CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	29
CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	30
CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO	31
CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES	31
CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS	33
ANEXO I – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO	37

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE
GÁS NATURAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM COMPANHIA PARANAENSE
DE GÁS – COMPAGAS E EDGE
COMERCIALIZAÇÃO S.A.**

Pelo presente instrumento,

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS, sociedade com sede na Avenida João Gualberto, nº 1698, 6º andar, CEP 80030-001, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.535.681/0001-92, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada “COMPAGAS” ou “COMPRADORA”;

EDGE COMERCIALIZAÇÃO S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 24, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.046.324/0001-99, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada “EDGE” ou “VENDEDORA”.

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES”.

CONSIDERANDO QUE:

- A EDGE é empresa devidamente autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP como agente de comercialização e, conforme aplicável, carregamento de gás natural;
- A COMPAGAS é concessionária exclusiva dos serviços locais de gás canalizado do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão firmado com o Poder Concedente, e tem o interesse em comprar GÁS NATURAL da VENDEDORA;
- A VENDEDORA deseja vender e entregar, e a COMPRADORA deseja comprar e receber, GÁS NATURAL para o atendimento à demanda do mercado cativo de GÁS da COMPRADORA, conforme previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos e condições aqui estabelecidos.
- conforme aplicável, a VENDEDORA celebrou ou celebrará contratos de transporte de gás natural (GTA) para garantir o cumprimento do compromisso de fornecimento e recebimento assumido neste CONTRATO.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (“CONTRATO”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Qualquer termo ou expressão que grafados em maiúsculas, neste CONTRATO terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa o período compreendido entre o primeiro DIA de janeiro do correspondente ano calendário e o último DIA do mês de dezembro do mesmo ano.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 (zero) a 4 (quatro), o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 (cinco) a 9 (nove), o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

COMPRADORA: significa a PARTE que está comprando e retirando o GÁS, conforme definido em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

COMPROMISSO DE RETIRADA (CR): significa o valor do compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA na forma do item 7.1. O valor do CR será faturado na forma do item 13.3.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE ENTREGA: significam as condições de disponibilização do GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA e de recebimento do GÁS pela COMPRADORA, conforme CLÁUSULA NONA deste CONTRATO.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

CONTRATO DE TRANSPORTE OU GTA: significa os contratos para prestação de serviço de transporte de gás natural regulado pela ANP, celebrado pelas PARTES junto ao(s) transportador(es) referente as obrigações objeto deste CONTRATO, seus termos e condições, anexos e termos aditivos.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00 (zero hora) e término às 23:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do correspondente dia, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

DIA ÚTIL: Qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo e feriados legais no Brasil, bem como estaduais e municipais nas sedes da VENDEDORA ou COMPRADORA.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.9.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas na CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.

FALHA DE FORNECIMENTO OU FALHA NO FORNECIMENTO: significa a situação

caracterizada pela ocorrência, no PONTO DE ENTREGA em determinado DIA, de qualquer das seguintes hipóteses:

- a) falta de disponibilidade de GÁS no PONTO DE ENTREGA de acordo com as disposições estabelecidas neste CONTRATO.
- b) desconformidade em relação à Qualidade do Gás, conforme estipulado na CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS.

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) ter a COMPRADORA aceito retirar o GÁS em desconformidade na forma da CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS; ou
- (iv) situações de PARADAS PROGRAMADAS;
- (v) falhas atribuídas ao operador do sistema de transporte que não sejam indenizáveis à VENDEDORA sob os CONTRATOS DE TRANSPORTE, desde que devidamente comprovado pela VENDEDORA à COMPRADORA.

GARANTIA DE PAGAMENTO: é o instrumento financeiro de natureza incondicional, irrevogável e executável mediante mera apresentação, emitido em favor da VENDEDORA, que garante o pagamento de quaisquer valores devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA, nos termos e condições previstos no presente contrato, garantia que deverá tomar a forma especificada na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto do presente CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

LEI ou LEGISLAÇÃO: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria e regulação estadual.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam as LEIS estabelecidas no item 21.2.

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00 (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 23:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro MÊS do CONTRATO, que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último DIA de tal mês, e o último MÊS do CONTRATO, que se iniciará no primeiro DIA de tal MÊS e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. “MENSALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

Página 6 de 38

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre COMPAGAS e EDGE

Esta minuta não impõe nenhuma obrigação a qualquer das partes nela mencionadas. As Partes poderão se retratar e somente ficarão vinculadas após concluídas as negociações, aprovado o instrumento pelos órgãos competentes das respectivas Sociedades e, consequentemente, assinado o instrumento contratual. Todos os termos e condições estão em desenvolvimento e sujeitos a melhorias e alterações

Rubrica

GL

Rubrica

SSSL

Confidencial

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação escrita entre as PARTES feita na forma e dirigida aos endereços indicados na CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se notificar e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO: É o contrato entre as PARTES que define as condições complementares a este CONTRATO e que, em conjunto com o presente CONTRATO, estabelece compromisso vinculante entre as PARTES, conforme estabelecido no Item 2.1. O modelo da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO está descrito no ANEXO I. Alternativamente, conforme item 2.1.4, a NOTIFICAÇÃO de CONFIRMAÇÃO poderá ser feita integralmente por e-mail, bastando apenas a confirmação expressa de ambas as PARTES, dispensando a assinatura física e/ou eletrônica.

PARADA PROGRAMADA E NÃO PROGRAMADA: significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG), conforme definido na CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa a parcela referente aos custos de transporte contidos no PREÇO DO GÁS (PG), conforme definido na CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERÍODO DE FORNECIMENTO: significa o período definido na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, compreendido entre o início e o término dos DIAS estabelecidos para o fornecimento.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por METRO CÚBICO de GÁS);

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e

com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA POR METRO CÚBICO). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA.

PONTO DE ENTREGA: consiste nas instalações necessárias à disponibilização do GÁS nas condições contratuais conforme estabelecido na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO, conforme vier a ser estabelecido na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA pela VENDEDORA em cada PONTO DE ENTREGA, que atenda às condições, limites e prazos previstos na CLÁUSULA OITAVA – NOMINAÇÃO E PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA em determinado DIA.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, conforme CLÁUSULA OITAVA – NOMINAÇÃO E PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.2.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 7.1.1 calculada para fins do COMPROMISSO DE RETIRADA.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, calibração, cromatografia, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizado no PONTO DE ENTREGA.

TRANSPORTADOR OU TRANSPORTADORES: empresa(s) ou consórcio de empresas autorizado(s) pela ANP para exercer(em) a(s) atividade(s) de transporte de gás natural.

VENDEDORA: significa a PARTE que está vendendo e entregando o GÁS, conforme definido em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

1.2. **Singular, Plural e Gênero.** As referências a um gênero incluem todos os gêneros e as referências ao singular incluem o plural e vice-versa.

1.3. **Termos Derivados.** As definições presentes neste CONTRATO aplicam-se igualmente aos termos diretamente derivados dos termos definidos.

1.4. **Índice, Cabeçalhos e Títulos.** O índice, bem como os cabeçalhos e títulos das cláusulas deste CONTRATO servem apenas para referência e são irrelevantes para a interpretação ou a análise do presente CONTRATO.

1.5. **Regras de Interpretação**

1.5.1. “Deste instrumento”, “aqui”, “abaixo” e palavras similares se referem a este CONTRATO como um todo e não a qualquer disposição específica do presente CONTRATO.

1.5.2. Os termos “inclusive”, “incluindo” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados da frase “a título meramente exemplificativo” e “sem limitação”.

1.5.3. As PARTES reconhecem que:

- (i) Possuem plena capacidade e experiência para celebração e execução do CONTRATO e estão cientes de todas as circunstâncias, regras e riscos relacionados com o CONTRATO;
- (ii) O presente CONTRATO é resultado de livre negociação entre as PARTES e do pleno exercício de sua autonomia privada, sendo considerado simétrico e paritário e as obrigações assumidas pelas PARTES manifestamente proporcionais; e
- (iii) Cada uma das PARTES reconhece que teve a oportunidade de analisar, negociar e revisar este CONTRATO. Todas e quaisquer cláusulas do presente CONTRATO devem ser

interpretadas como se tivessem sido redigidas por ambas as Partes conjuntamente, não se aplicando a regra de interpretação prevista no inciso IV, §1º do art. 113 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é o estabelecimento das condições gerais para a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL em bases flexíveis, segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO.

2.1.1. A assinatura deste CONTRATO por si só não representa um compromisso vinculante de compra e venda de um volume firme de GÁS NATURAL entre as PARTES, de modo que qualquer compromisso de entrega e retirada de parte a parte somente estará caracterizado após a emissão de uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO e pelo PERÍODO DE FORNECIMENTO nela indicado.

2.1.2. As PARTES estarão vinculadas à compra e venda de um determinado volume de GÁS NATURAL através da assinatura pelas PARTES da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, onde estarão definidas as condições comerciais e de fornecimento complementares a este CONTRATO. Para que não restem dúvidas, quaisquer sobreposições ou disposições conflitantes entre a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO e este CONTRATO, prevalecerá o disposto na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

2.1.3. As PARTES poderão firmar diversas NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO ao longo da vigência do presente CONTRATO.

2.1.4. Itens da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO. Sem prejuízo de outros temas que poderão ser incluídos, cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO deverá contemplar:

- (i) O PERÍODO DE FORNECIMENTO;
- (ii) A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC);
- (iii) O COMPROMISSO DE RETIRADA (CR);
- (iv) O PREÇO DO GÁS, observando-se o disposto na CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS;
- (v) O(s) PONTO(S) DE ENTREGA, observando-se o disposto na CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS;
- (vi) A garantia de pagamento a ser emitida e apresentada pela COMPRADORA à VENDEDORA, de forma a garantir o bom e fiel cumprimento da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO;
- (vii) Detalhes para a programação do GÁS;
- (viii) Detalhes sobre possíveis PARADAS PROGRAMADAS e PARADAS NÃO PROGRAMADAS e impactos nos compromissos de fornecimento e retirada de GÁS.

2.1.5. Alternativamente, as PARTES poderão celebrar uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO mediante i) envio de e-mail pela COMPRADORA para a VENDEDORA anexando a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO conforme o modelo constante do ANEXO I ao presente CONTRATO, preenchida e assinada (via assinatura eletrônica) e (ii) a aceitação dos termos da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO pela COMPRADORA ao devolver tal NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO assinada via assinatura eletrônica) em anexo a um e-mail endereçado à COMPRADORA, através dos endereços eletrônicos especificados abaixo:

- (i) Para a COMPAGAS: guilherme.bedene@compagas.com.br
Cc: daniele.lara@compagas.com.br
- (ii) Para a EDGE: guilherme.mattos@edge.com.vc / tiago.cabral@edge.com.vc
Cc: thiago.flores@edge.com.vc

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá mediante a ocorrência do último dos seguintes eventos: (i) em 31/12/2030; ou (ii) o término do último PERÍODO DE FORNECIMENTO previsto em uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO firmada na vigência deste CONTRATO. Para fins de clareza, o término do último PERÍODO DE FORNECIMENTO ocorrerá com o pagamento da fatura relativa ao último MÊS de fornecimento em que houver movimentação de GÁS conforme NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO. O prazo do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante correspondente termo aditivo.

3.2. O PERÍODO DE FORNECIMENTO será definido na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) será definida na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela PARCELA DE MOLÉCULA (PM) e, se aplicável, pela PARCELA DE TRANSPORTE (PT), conforme definido abaixo:

$$PG = PM + PT$$

<i>PG:</i>	É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
<i>PM:</i>	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), definida conforme item 5.1.1, expressa em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
<i>PT:</i>	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), definida conforme item 5.1.2, expressa em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.1.1. PARCELA DE MOLÉCULA (PM). A PARCELA DE MOLÉCULA (PM) será aplicável à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA pela aplicação de fórmula definida na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

5.1.2. PARCELA DE TRANSPORTE (PT). A PARCELA DE TRANSPORTE (PT) será aplicável à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA pela aplicação de regra de repasse dos custos de transporte definida na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, se aplicável.

5.2. O PREÇO DO GÁS (PG) não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.2.1. Entendem-se como tributos devidos em decorrência direta o ICMS, PIS, COFINS e seus eventuais substitutos em virtude de alterações na legislação tributária, bem como ambos, em caso de vigência concomitante em eventual período transitório definido por Lei.

5.2.2. Não se entendem como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento.

5.3. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

6.1. Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA.

Observado o disposto no item 6.2, durante toda a vigência do CONTRATO para um dado PERÍODO DE FORNECIMENTO, de acordo com a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, a VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA

Página 12 de 38

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre COMPAGAS e EDGE

Esta minuta não impõe nenhuma obrigação a qualquer das partes nela mencionadas. As Partes poderão se retratar e somente ficarão vinculadas após concluídas as negociações, aprovado o instrumento pelos órgãos competentes das respectivas Sociedades e, conseqüentemente, assinado o instrumento contratual. Todos os termos e condições estão em desenvolvimento e sujeitos a melhorias e alterações

Rubrica

GL

Rubrica

SSSL

Confidencial

a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), observado o disposto na CLÁUSULA OITAVA – NOMINAÇÃO E PROGRAMAÇÃO.

6.2. QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDR_j - QN_{PPj} - QN_{FMj}, \text{ onde:}$$

QF_j :	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j”, que será determinada para os casos de FALHA NO FORNECIMENTO sendo zero se o cálculo for negativo.
QDP_j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j”, em determinado PONTO DE ENTREGA.
QDR_j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no DIA “j”, em tal PONTO DE ENTREGA.
QN_{PPj} :	É a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS, FALHAS NO SERVIÇO DE TRANSPORTE pelo TRANSPORTADOR (se aplicável) e PARADAS NÃO PROGRAMADAS pelo TRANSPORTADOR para o DIA “j”;
QN_{FMj} :	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA “j”.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA

Aplicar-se-ão para fins dos compromissos de recebimento do GÁS os dispositivos desta cláusula.

7.1. COMPROMISSO DE RETIRADA (CR)

Para todos os DIAS durante o prazo de um dado PERÍODO DE FORNECIMENTO, observado o disposto no item 7.1.1, a COMPRADORA obriga-se a adquirir e retirar e, mesmo que não retire, pagar a obrigação de COMPROMISSO DE RETIRADA (CR) à VENDEDORA, definida na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

7.1.1. Para fins de verificação do cumprimento do COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), diário, a eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela COMPRADORA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_j = (CR\% \times QDC_j) - (QNF_j + QNFM_j + QNPP_j) - QDR_j, \text{ onde:}$$

<i>QNR_j</i> :	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente DIA, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;
<i>QDC_j</i> :	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) no DIA “j”;
<i>QNF_j</i> :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo DIA.
<i>QNF_{Mj}</i> :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo DIA.
<i>QNPP_j</i> :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo DIA, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o do item 12.1.
<i>QDR_j</i> :	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” nos PONTOS DE ENTREGA;
<i>j</i>	é um determinado DIA do correspondente MÊS.

7.1.1.1 Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar o montante previsto no item 13.3, correspondente ao COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), sem prejuízo do disposto no item 13.1.

7.1.1.2 As PARTES envidarão esforços para corrigir e recuperar eventuais desvios de COMPROMISSO DE RETIRADA através da compensação da programação do GÁS nos DIAS subsequentes, caso estejam dentro de um mesmo PERÍODO DE FORNECIMENTO.

CLÁUSULA OITAVA – NOMINAÇÃO E PROGRAMAÇÃO

8.1. As PARTES estabelecerão em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO o mecanismo de nominação e programação aplicável à transação nela formalizada, ficando a retirada de GÁS pela COMPRADORA limitada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), não sendo possível a retirada de volumes adicionais pela COMPRADORA nos termos deste CONTRATO.

8.2. As PARTES reconhecem que a entrega do GÁS pela VENDEDORA ocorrerá por meio do sistema de transporte ou das instalações de movimentação de gás a montante do PONTO DE ENTREGA, a partir do qual a movimentação do GÁS até as instalações da COMPRADORA ocorrerá por meio do sistema de distribuição local, sendo tais instalações físicas operada por agentes independentes e que, portanto, as disposições desta Cláusula e das NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO poderão ser revistas em caso de alteração das regras operacionais vigentes.

CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. A definição das QUANTIDADES DE GÁS associadas a cada PONTO DE ENTREGA será feita na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

9.1.1. Cada PONTO DE ENTREGA e suas localizações estão estabelecidas no ANEXO I, o qual é parte integrante do presente CONTRATO.

9.1.2. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO do respectivo PONTO DE ENTREGA.

9.1.3. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do ponto de transferência de propriedade serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante de tal ponto serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.2. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de QUALIDADE DO GÁS estabelecidos nos termos da CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS.

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO

10.1. Disposições Gerais.

10.1.1. As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis ao SISTEMA DE MEDIÇÃO e às regras de alocação do GÁS estão estabelecidas no GTA ou em outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, devendo tais regras prevalecerem para todos os efeitos em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas PARTES no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do GTA ou de outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no GTA ou em outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, devendo cada PARTE enviaar seus melhores esforços para transmitir de imediato as comunicações da outra PARTE ao TRANSPORTADOR ou ao operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA.

10.1.2. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.1.3. A QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) será expressa com ARREDONDAMENTO

em zero na respectiva casa decimal, sendo definida pela regra de alocação do TRANSPORTADOR ou do operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável.

10.1.4. A VENDEDORA se compromete a (i) exigir do TRANSPORTADOR ou do operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, todas as informações relativas à medição e alocação do GÁS nos PONTOS DE ENTREGA nos termos do GTA ou de outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, e (ii) enviar à COMPRADORA todas as informações de medições realizadas pelo TRANSPORTADOR do GÁS objeto deste CONTRATO ou pelo operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, tão logo as receba.

10.1.5. A VENDEDORA envidará os maiores esforços junto ao TRANSPORTADOR ou operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, para responder as manifestações abertas pela COMPRADORA no prazo de 45 (quarenta e cinco) DIAS ÚTEIS, a partir da data da abertura do questionamento e envio pela COMPRADORA da documentação necessária para avaliação da manifestação.

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA nas malhas de transporte ou em outra infraestrutura onde estiver localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, e o GÁS retirado pela COMPRADORA, nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverão apresentar características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP Nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA deverá atender aos requisitos impostos pelo TRANSPORTADOR com base nas regras estabelecidas no GTA e LEIS ou pelo operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA com base nas regras estabelecidas em outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA e LEIS, conforme aplicável, não sendo responsabilidade da VENDEDORA.

11.3. As PARTES estabelecerão em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO os mecanismos e tratativas para a hipótese de retirada pela COMPRADORA de GÁS fora de especificação.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS

12.1. Caso os compromissos assumidos pelas PARTES no âmbito deste contrato sejam impactados em caso de PARADAS PROGRAMADAS, a possibilidade de tais impactos e os

impactos contratuais serão estabelecidos na respectiva NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, a qual deverá dispor de mecanismo para apuração das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS.

CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula, apurada para cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO:

$$F = \sum_j^M QDR_j \times PG, \text{ onde:}$$

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
QDR_j	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) em cada DIA do MÊS em questão apurada em cada PONTO DE ENTREGA;
PG	é o PREÇO DO GÁS;
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS
j	é um determinado DIA do correspondente MÊS

13.2. Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO.

13.2.1. Penalidade por falta de disponibilidade diária de GÁS.

No caso de FALHA NO FORNECIMENTO por falta de disponibilidade diária do GÁS em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada em base diária de acordo com a seguinte fórmula, apurada para cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO:

$$PFF = 0,3 \times (QF \times PM) \text{ onde:}$$

PFF :	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devida pela VENDEDORA;
QF :	é a soma das QUANTIDADES FALTANTES no DIA em questão apurada por cada PONTO DE ENTREGA;
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

13.2.2. A penalidade estabelecida no item 13.2.1 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO por força de FALHA NO FORNECIMENTO. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido. As PARTES concordam que nenhum valor será devido pela COMPRADORA à VENDEDORA por despesas incorridas perante o

TRANSPORTADOR ou operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme o caso, em situações de FALHA NO FORNECIMENTO.

13.3. Caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 7.1.1, o valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela PARCELA DE MOLÉCULA (PM) vigente no último DIA do MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula, apurada para cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO:

$$FAT_{CR} = \sum_j^M QNR_j \times PM; \text{ onde:}$$

FAT_{CR}	É o valor a ser pago de COMPROMISSO DE RETIRADA (CR) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de COMPROMISSO DE RETIRADA.
QNR	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS em questão apurada por cada PONTO DE ENTREGA, nos termos do item 7.1.1.
j	é um determinado DIA do correspondente MÊS
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) no último DIA do MÊS.

13.4. Para fins desta cláusula, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.5. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.5.1. A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.6. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.6.1 Em caso de apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA com atraso em relação ao prazo previsto no item 13.6, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de DIAS ÚTEIS do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da COMPRADORA.

13.7. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos em moeda corrente, até o 8º (oitavo) DIA ÚTIL após a apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

13.7.1. Sem prejuízo do previsto no item 13.9, na hipótese de atraso pela COMPRADORA no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, a VENDEDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO para a COMPRADORA informando o valor em atraso ("NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO"). A partir da NOTIFICAÇÃO de atraso no pagamento, a COMPRADORA terá prazo de 10 (dez) DIAS para regularização do pagamento.

13.8. Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura e suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.8.1. Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.8.2. A revisão prevista no item 13.8.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.8.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.8.4. A COMPRADORA fornecerá as informações necessárias relativas ao faturamento, inclusive as decorrentes de substituição tributária para a correspondente análise e expressa aceitação por parte da VENDEDORA. Após tal análise, caso a VENDEDORA fature com informações diferentes das fornecidas pela COMPRADORA, todos os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidárias da COMPRADORA serão suportadas pela VENDEDORA e compensadas na primeira oportunidade, do valor dos tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

13.8.5. Se ficar constatado que, por ocasião da emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a VENDEDORA aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste Contrato em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, desde que a COMPRADORA apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos.

13.8.6. Se a VENDEDORA constatar que algum dos tributos devidos em decorrência direta deste Contrato foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo tributo, será cobrado da COMPRADORA mediante emissão de notas fiscais complementares, tal como previsto na legislação aplicável.

13.8.7. Se a VENDEDORA for autuada por ter aplicado algum dos tributos incidentes sobre este CONTRATO em valor inferior ao devido, a VENDEDORA procederá, de forma diligente, à sua defesa e, não logrando êxito, comunicará à COMPRADORA sobre o resultado do procedimento fiscal e realizará a cobrança dos valores do referido tributo, sem penalidades ou encargos, quando da quitação perante a autoridade fiscal.

13.8.8. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham, comprovadamente e de forma vinculada, acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, devendo tais encargos serem prévia e formalmente informados para fins de posterior pagamento, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.6 e 13.7.

13.8.9. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.8.10. Na eventualidade de existência de situação tributária específica à COMPRADORA ou à VENDEDORA que acarrete suspensão, redução, isenção, não incidência ou diferimento nas operações previstas no presente instrumento, a COMPRADORA ou a VENDEDORA, conforme o caso, fornecerá, em até 2 (dois) dias úteis antes da apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos termos do item 13.5, todos os documentos necessários para sua correta aplicação. Caso tal documentação não seja tempestivamente apresentada, a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso, aplicará a legislação em vigor sem considerar a situação

tributária específica, não se sujeitando ao enquadramento como valor controverso, nos moldes do item 13.10.

13.9. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a (i) atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata temporis*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de (iii) multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

13.10. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.10.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuando pontualmente o pagamento do valor total devido no respectivo vencimento.
- (b) A VENDEDORA, dentro de um prazo de 10 (dez) DIAS após o recebimento da reclamação, responderá por escrito, aceitando ou rejeitando-a no todo ou em parte, e se considerar a reivindicação apropriada, emitirá uma nova fatura com as correções correspondentes, devolvendo valores eventualmente pagos a maior, acrescidos de correção monetária de acordo com a variação positiva apontada pelo IPCA/IBGE, calculada *pro rata die* desde o dia do pagamento até o dia do ressarcimento.
- (c) Caso a VENDEDORA não concorde com a reivindicação, deverá responder no prazo de 10 (dez) DIAS previsto no item (b) supra. Se a COMPRADORA não concordar com a recusa, poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias.

13.10.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.10.1(b) e (c).

13.10.3. Sanada a controvérsia, seja (i) após os procedimentos descritos no item 13.10.1(b) e (c); (ii) após negociação prevista no item 16.1 ou (iii) após decisão judicial; na quitação do valor controverso será aplicada a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo) e juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata temporis*.

CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

- (a) Falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES.
- (b) Violação da CLÁUSULA VINTE E UM – CONDOTA DAS PARTES e seus subitens do CONTRATO.
- (c) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO.
- (d) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.
- (e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, em desacordo com a CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.
- (f) Perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.
- (g) Não entrega da garantia de pagamento prevista em qualquer NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, conforme aplicável e/ou a não manutenção de tal garantia em vigor durante o prazo previsto na respectiva NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (a) e (b) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (c) a (f) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 30 (trinta) DIAS

Página 22 de 38

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre COMPAGAS e EDGE

Esta minuta não impõe nenhuma obrigação a qualquer das partes nela mencionadas. As Partes poderão se retratar e somente ficarão vinculadas após concluídas as negociações, aprovado o instrumento pelos órgãos competentes das respectivas Sociedades e, conseqüentemente, assinado o instrumento contratual. Todos os termos e condições estão em desenvolvimento e sujeitos a melhorias e alterações

Rubrica

GL

Rubrica

SSSL

Confidencial

contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.4. Sem prejuízo do disposto no item 14.3, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, sem que seja caracterizada qualquer FALHA DE FORNECIMENTO ou que seja devida, pela VENDEDORA, qualquer indenização ou penalidade em decorrência de eventual inadimplemento contratual da VENDEDORA enquanto durar o EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significara renúncia deste ou qualquer outro direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

14.5. Caso a VENDEDORA suspenda a entrega de GÁS em razão de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA, a COMPRADORA continua obrigada a cumprir com suas demais obrigações do contrato, incluindo os pagamentos pelo não atendimento ao compromisso de retirada de que trata o item 7.1.

14.6. Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 14.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

14.7. Na hipótese do item 14.3 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 30 (trinta) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.8. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$$VInd = (0,30 \times QDC_M) \times DF \times PG, \text{ onde:}$$

<i>VInd</i> :	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$.
<i>QDC_M</i> :	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO na data da efetiva resolução do CONTRATO.
<i>DF</i> :	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do PERÍODO DE FORNECIMENTO em questão, sendo considerada cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO individualmente

<i>PG:</i>	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução, correspondente a cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO considerada para a resolução
------------	---

14.8.1. Sem prejuízo dos itens 14.10 e 14.11 abaixo e exceto no caso de resolução do contrato com base no item 14.1(b) quando não há limite para a indenização devida, acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.8 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.8.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.8 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.9. Adicionalmente às hipóteses anteriormente previstas, o presente CONTRATO poderá ser resolvido por mútuo acordo das PARTES; ou por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- a) pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;
- b) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES;
- e
- c) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal.

14.10. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre sigilo e confidencialidade, incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das PARTES e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução

14.11. A PARTE que desejar rescindir imotivadamente o presente instrumento deverá NOTIFICAR a PARTE contrária com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência, sem prejuízo aos compromissos assumidos em NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO vigentes.

14.12. O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA e/ou suas AFILIADAS não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2. Abrangência.

15.2.1. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos da Cláusula 15.1:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES.
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela

Página 25 de 38

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre COMPAGAS e EDGE

Esta minuta não impõe nenhuma obrigação a qualquer das partes nela mencionadas. As Partes poderão se retratar e somente ficarão vinculadas após concluídas as negociações, aprovado o instrumento pelos órgãos competentes das respectivas Sociedades e, conseqüentemente, assinado o instrumento contratual. Todos os termos e condições estão em desenvolvimento e sujeitos a melhorias e alterações

Rubrica

Rubrica

Confidencial

substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público que tenha competência sobre as PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO.

- (f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção, processamento, escoamento, terminais, ou transporte necessário para atendimento deste CONTRATO.

15.3. Eventos excluídos.

Apenas a título meramente exemplificativo, as PARTES concordam que os eventos abaixo relacionados não serão considerados como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.
- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrentes de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
- (d) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.
- (e) Mudança de LEI, exceto mudanças que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES, conforme item 15.2(d).
- (f) atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR e enviar

Página 26 de 38

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre COMPAGAS e EDGE

Esta minuta não impõe nenhuma obrigação a qualquer das partes nela mencionadas. As Partes poderão se retratar e somente ficarão vinculadas após concluídas as negociações, aprovado o instrumento pelos órgãos competentes das respectivas Sociedades e, conseqüentemente, assinado o instrumento contratual. Todos os termos e condições estão em desenvolvimento e sujeitos a melhorias e alterações

Rubrica
GL

Rubrica
SSSL

Confidencial

NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.

- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.
- (g) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

15.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

15.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.

15.6. Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.7. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

15.8. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.9. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

16.1. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer DISPUTA decorrente ou relacionada com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação terá duração de 30 (trinta) dias contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da DISPUTA. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar as medidas judiciais que entender pertinentes.

16.2. Caso a DISPUTA não seja solucionada amigavelmente, na forma do item 16.1, as PARTES poderão recorrer ao Poder Judiciário, sendo eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser

cedido, empenhado ou de outra forma gravado, salvo (i) com o consentimento por escrito da outra PARTE ou (ii) caso a cessão total do CONTRATO seja realizada a uma AFILIADA da PARTE cedente.

CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica (com confirmação de recebimento) ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

(a) COMPAGAS

Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS

Avenida João Gualberto, nº 1698, 6º andar, Alto da Glória - Curitiba – Paraná

CEP: 80030-001

A/C: Guilherme Pereira Bedene

Correio eletrônico (e-mail): guilherme.bedene@compagas.com.br / daniele.lara@compagas.com.br

(b) EDGE

EDGE Comercialização S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 4º andar, Sala 6, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP

CEP 04538-132

A/C: Guilherme Barros Mattos

Correio eletrônico (e-mail): guilherme.mattos@edge.com.br / tiago.cabral@edge.com.br / thiago.flores@edge.com.br

18.2. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.3. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.4. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – NOMINAÇÃO E PROGRAMAÇÃO, as NOTIFICAÇÕES operacionais entre as PARTES deverão ser realizadas conforme segue:

COMPAGAS

Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS

Avenida João Gualberto, nº 1698, 6º andar, Juvevê - Curitiba – Paraná

CEP: 80030-001

A/C: Guilherme Pereira Bedene

Correio eletrônico (e-mail): cpgope@compagas.com.br / guilherme.bedene@compagas.com.br / daniele.lara@compagas.com.br

EDGE

EDGE Comercialização S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 4º andar, Sala 6, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP

CEP 04538-132

A/C: Guilherme Barros Mattos

Correio eletrônico (e-mail): guilherme.mattos@edge.com.br / tiago.cabral@edge.com.br / thiago.flores@edge.com.br

CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) ANOS após o seu término, a manter sob sigilo todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas

19.4. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE. Em nenhuma hipótese as PARTES serão responsabilizadas por perdas e danos indiretos e lucros cessantes.

19.5. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:


- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima,

Página 30 de 38

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre COMPAGAS e EDGE

Esta minuta não impõe nenhuma obrigação a qualquer das partes nela mencionadas. As Partes poderão se retratar e somente ficarão vinculadas após concluídas as negociações, aprovado o instrumento pelos órgãos competentes das respectivas Sociedades e, conseqüentemente, assinado o instrumento contratual. Todos os termos e condições estão em desenvolvimento e sujeitos a melhorias e alterações

Rubrica


Rubrica


Confidencial

independentemente do presente CONTRATO.

- (d) a determinação judicial, arbitral, legal e/ou solicitação de bolsa de valores ou órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial, arbitral e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.
- (e) qualquer instituição de crédito ou financeira em função do financiamento das operações dessa PARTE, mas somente na medida em que for necessário para a obtenção e manutenção de financiamento, sendo que essa instituição deverá ser submetida às obrigações decorrentes das disposições sobre confidencialidade, iguais às especificadas nesta cláusula.

CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO

20.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES

21.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

21.2. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu “Grupo” (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13. Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

21.2.1. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS cumprirão as Leis Anticorrupção.

21.2.2. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou

dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

21.2.3. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

21.2.4. Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nas cláusulas 21.2.2 e 21.2.3 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VINTE E UM – CONDOTA DAS PARTES.

21.2.5. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

21.3. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.2.1, 21.2.2 e 21.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) ANOS após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

21.4. Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela Parte Indenizante e suas AFILIADAS.

21.5. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Nulidade das cláusulas contratuais.

22.1.1. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

22.1.2. Na hipótese do item 22.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

22.2. Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

22.3. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.
- (d) A VENDEDORA obteve todas as licenças necessárias e dispõe, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do gás natural, bem como da capacidade de produção,

Página 33 de 38

Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre COMPAGAS e EDGE

Esta minuta não impõe nenhuma obrigação a qualquer das partes nela mencionadas. As Partes poderão se retratar e somente ficarão vinculadas após concluídas as negociações, aprovado o instrumento pelos órgãos competentes das respectivas Sociedades e, conseqüentemente, assinado o instrumento contratual. Todos os termos e condições estão em desenvolvimento e sujeitos a melhorias e alterações

Rubrica

Rubrica

Confidencial

transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desse CONTRATO, durante todo o seu prazo.

22.4. Cuidado com o meio ambiente

As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;
- (c) estímulo ao uso racional e eficiente do GÁS NATURAL; e
- (d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

22.5. Completude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

22.6. Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que a CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS e a CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos. O término deste CONTRATO não eximirá PARTE devedora da obrigação de pagar todos os valores devidos durante a vigência deste documento e que ainda não tenham sido pagos.

22.7. Valor estimado do CONTRATO.

22.7.1. As PARTES concordam que o valor total estimado será calculado com base nas condições da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO para cada PERÍODO DE FORNECIMENTO.

22.8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

22.8.1. No caso de ter havido ou haver tratamento de dados pessoais em decorrência da negociação e execução do objeto deste CONTRATO, as PARTES se obrigam a atuar em estrita observância e cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e demais diplomas legais vigentes e/ou que vierem a vigor sobre o tema de proteção de dados pessoais aplicáveis, assumindo cada parte a responsabilidade pelos tratamentos de dados pessoais que realizarem para as suas próprias finalidades no contexto deste CONTRATO, sendo ainda responsável por eventuais danos diretos que tiver causado, desde que evidenciados, em razão de violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos de dados pessoais que cada PARTE realizar, diretamente ou por intermédio de outrem, no âmbito da negociação e execução deste CONTRATO. Para os fins deste CONTRATO, os termos "tratamento" e "dados pessoais" terão os significados que lhes são atribuídos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme alterada ou substituída de tempos em tempos.

23.1. Nos termos da legislação vigente, as PARTES expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas PARTES, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das PARTES ao presente instrumento.

São Paulo, 15 de maio de 2025.

COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS

Developed by
Eudis Furtado Filho
CPF: 000.000.000-00
Data: 15/05/2025 14:12:57
ICP-Brasil
Eudis Furtado Filho
Diretor-Presidente

Developed by
Luiz Carlos Kuns Passos
CPF: 000.000.000-00
Data: 15/05/2025 14:12:57
ICP-Brasil
Luiz Carlos Kuns Passos
Diretor

EDGE COMERCIALIZAÇÃO S.A.

Assinado por:
Demetrio A. de Toledo Magalhães Filho
Demetrio A. de Toledo Magalhães Filho
Diretor-Executivo

Assinado por:
Guilherme Barros Mattos
Guilherme Barros Mattos
Diretor

TESTEMUNHAS:

Declassified by
William F. Ryan, Bala.
Associated with: JAMES PEREIRA GEDENS
Fugate: Certificate of Authenticity
Data/Info da Assessoria: 23/05/2025 | 11:48:25 PDT
D: ICP-Brazil, C: Certificado Digital
C: BR
Emissor: AC CertSign PFB, GS


Nome: Guilherme Pereira Bedene

- Assinado por:

Tiago Sacramento Cabral

Nome: Tiago Sacramento Cabral

ANEXO I – Modelo de NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

DATA		
REFERÊNCIA		
	COMPRADORA	VENDEDORA
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		
EMAIL		
CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO		
PERÍODO DE FORNECIMENTO		
QDC (m³/dia)		
COMPROMISSO DE RETIRADA		
PREÇO DO GÁS (PG)		
PARCELA MOLÉCULA (PM)		
PARCELA TRANSPORTE (PT)		
GARANTIA FINANCEIRA		
REGRAS DE NOMINAÇÃO		
PARADAS PROGRAMADAS		
PONTO DE ENTREGA		
PENALIDADES	Inclui penalidades por desvio de programação e de gás fora de especificação, quando aplicáveis, a cada Notificação de Transação.	
PROVISÕES ADICIONAIS		

ASSINATURAS:	
COMPAGAS	<div></div> <p>Nome: [X] Cargo: [X]</p>
EDGE Comercialização S.A.	<div></div> <p>Nome: [X] Cargo: [X]</p>

Testemunhas	<div></div> <p>Nome: [X] CPF: [X]</p>
	<div></div> <p>Nome: [X] CPF: [X]</p>